

## PROJETO EDUCABELLA: AÇÕES EDUCATIVAS PARA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE IPOJUCA

EDUCABELLA PROJECT: EDUCATIONAL ACTIONS FOR THE PREVENTION OF VIOLENCE AGAINST WOMEN IN THE MUNICIPAL SCHOOLS OF IPOJUCA

Iraneide Nascimento dos Santos<sup>i</sup>  
Nayelli Clara Morais de Amorim<sup>ii</sup>  
Ysllaini Virgínia da Silva<sup>iii</sup>  
Luana da Paz L. do Nascimento<sup>iv</sup>  
Rafaela Mirelli Vasconcelos Viana<sup>v</sup>  
Alexsandro Silva de Aguiar<sup>vi</sup>  
Ana Paula Aguiar Teixeira Rezende<sup>vii</sup>

### RESUMO

O objetivo deste texto é descrever as ações de educação em saúde promovidas por discentes do Programa de Extensão do Curso de Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) com adolescentes do ensino fundamental das escolas municipais de Ipojuca/PE sobre violência contra a mulher. Trata-se de um relato de experiência embasado na vivência prática do Projeto “Educabella”, desenvolvido no período de fevereiro a dezembro de 2019. As ações educativas do projeto foram fundamentadas nos princípios da pesquisa-ação, que teve a estratégia da oficina educativa para promover maior envolvimento e participação das estudantes na apresentação e discussão do tema. Nas atividades educativas foram abordados os seguintes assuntos, a saber: o que é violência; formas de violência; consequências da violência para a saúde; a lei Maria da Penha e o ligue 180; e empoderamento feminino. Todas as escolas selecionadas foram atendidas, sendo dez escolas alcançadas e 339 adolescentes participantes. Como resultados, nas visitas às escolas observou-se que a ação educativa proporcionou a construção de novos saberes sobre a violência contra a mulher, na qual houve participação ativa e grande interesse das adolescentes pelo assunto, pois a didática empregada permitiu a aquisição de novos

<sup>i</sup> Mestra em Patologia (UFPE); Docente do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) – *Campus* Ipojuca, Pernambuco, Brasil. E-mail: iraneidenascimento@ipojuca.ifpe.edu.br

<sup>ii</sup> Discente do curso técnico de Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) – *Campus* Ipojuca, Pernambuco, Brasil. E-mail: nayelli.clara16@gmail.com

<sup>iii</sup> Discente do curso técnico de Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) – *Campus* Ipojuca, Pernambuco, Brasil. E-mail: virginiatiezzi@gmail.com

<sup>iv</sup> Discente do curso técnico de Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) – *Campus* Ipojuca, Pernambuco, Brasil. E-mail: luanapaz2305@gmail.com

<sup>v</sup> Discente do curso técnico de Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) – *Campus* Ipojuca, Pernambuco, Brasil. E-mail: rafaelaviana406@gmail.com

<sup>vi</sup> Mestrando em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (UFPE); Docente do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) – *Campus* Ipojuca, Pernambuco, Brasil. E-mail: alexsandrosilva@ipojuca.ifpe.edu.br

<sup>vii</sup> Mestra em Engenharia de Produção (UFPE); Docente do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) – *Campus* Ipojuca, Pernambuco, Brasil. E-mail: anaaguiar@ipojuca.ifpe.edu.br

conhecimentos a partir de um processo educativo-participativo. A experiência das discentes do curso de segurança em atividades de educação em saúde sobre violência contra a mulher no âmbito escolar, mostrou-se relevante para viabilizar a essas a aquisição de novas habilidades em ações educativas, como também, para difundir o conhecimento sobre violência contra a mulher às adolescentes.

**Palavras-chave:** Violência contra a Mulher. Promoção da Saúde. Educação em Saúde. Adolescente.

## ABSTRACT

The goal of this texts it is to describe the health education actions promoted by students of the Extension Program of the Workplace Safety Course at IFPE (Federal Institute of Pernambuco) with elementary school adolescents in the municipal schools of Ipojuca/Pe on violence against women. This is an experience report based on the practical experience of the "Educabella" Project, developed from February to December 2019. The educational actions of the project were based on the principles of action research, which had the workshop strategy to promote greater involvement and participation of students in the presentation and discussion of the theme. In educational activities, these subjects were addressed, namely: what is violence; forms of violence; health consequences of violence; the Maria da Penha law and call him 180; and female empowerment. All selected schools were served, with ten schools reached and 339 participating teenagers. As results, in visits to schools, it was observed that the educational action provided the construction of new knowledge about violence against women, in which there was the active participation and great interest of adolescents in the subject, because the didactic used allowed the construction of knowledge to from an educational-participatory process. The experience of students of the safety course in health education activities on violence against women in the school environment, proved to be relevant to enable them to acquire new skills in educational actions, as well as to disseminate knowledge about violence against women to female teenagers.

**Keywords:** Violence Against Women. Health Promotion. Health Education. Adolescent.

## 1 INTRODUÇÃO

A violência contra mulher constitui uma violação aos direitos humanos e às liberdades fundamentais (DIAS, 2012; TELES, 2006). É também qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, ou diversos tipos de sofrimento e, pode ocorrer no âmbito da unidade doméstica e da família (BRASIL, 2006).

Além disso, caracteriza-se como uma forma de violência de gênero, que ocorre em virtude do alvo da violência ser a pessoa do gênero feminino, considerando-se a construção social, política e cultural da(s) masculinidade(s) e da(s) feminilidade(s) (MUHLEN, STREY, 2013), derivada de uma estrutura social patriarcal e misógina, praticada

majoritariamente por conhecidos (PASINATO, 2016), principalmente, por parceiros ou ex-parceiros íntimos (WAISELFISZ, 2015).

A despeito disso, no Brasil, a Lei nº 11.340/06, conhecida como a Lei Maria da Penha, foi criada para coibir, defender e orientar mulheres que são vítimas de violência doméstica, como também, é considerada o principal documento jurídico referente à luta contra esse tipo de violência (BRASIL, 2006).

Acrescenta-se ainda, que a Lei Maria da Penha define e classifica os tipos de violência contra a mulher em cinco categorias: física (abarca qualquer ato que fira a integridade física da mulher), psicológica (conduta que cause dano emocional e diminua a autoestima da mulher, como ameaças, insultos, manipulação, humilhação ou chantagem), sexual (situação na qual a vítima é constrangida a presenciar ou participar de relação sexual indesejada, quando tem de alguma forma seus direitos sexuais e reprodutivos limitados), moral (fere-se a imagem da mulher a partir de conduta que se configure calúnia, difamação ou injúria) e patrimonial (há a retenção ou destruição de documentos pessoais, bens, instrumentos de trabalho e recursos econômicos), sendo esses os cinco tipos de violência mais conhecidos (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, considerando a alta prevalência dos diversos tipos de violência contra as mulheres e suas sérias consequências, sendo elas: familiares, coletivas, incluindo os impactos sociais significativos, e, individuais (LIMA *et al.*, 2017). Na esfera individual, como repercussões da violência às mulheres, são identificadas alterações na saúde, em seu estado físico, psíquico e social (KRUG *et al.*, 2002).

Logo, no que tange às repercussões à saúde, as mulheres que sofreram violência têm maiores chances de apresentarem prejuízos, tais como: dificuldade de se proteger contra as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e uma gravidez indesejada (saúde reprodutiva); doenças psicossomáticas, lesões e, até, o óbito (saúde física); como também, maiores índices de fobias, ansiedade, estresse pós-traumático, transtornos de humor ou por uso de substância, depressão, suicídio e tentativas de suicídio (saúde psicológica) (KRUG *et al.*, 2002; FONSECA, RIBEIRO, LEAL, 2012).

Assim, diante das repercussões à saúde apresentadas, as práticas educativas e preventivas podem evitá-las a partir da modificação do território e da comunidade. Pois, a educação, a violência e a saúde são fios das teias sociais que, se trabalhadas de forma interdisciplinar, podem auxiliar na prevenção de doenças e promoção da saúde (SILVA, PELAZZA, SOUZA, 2016).

É importante destacar que a realização de ações de promoção à saúde dentro do âmbito escolar, que já são realizadas e denominadas “saúde do escolar”, pode facilitar o processo de sensibilização, aumentar a assimilação do conteúdo e a aptidão para tomar decisões (GOMES; HORTA, 2010).

Nesse sentido, o Programa Saúde na Escola (PSE) surge como uma estratégia do governo federal para proporcionar aos escolares condições adequadas de promoção, proteção e recuperação da saúde, a fim de que o processo educacional se desenvolva plenamente. Bem como, o programa é voltado às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira, para promover a esses, saúde e educação integral (BRASIL, 2007).

Entretanto, essas políticas e programas de saúde não são eficazes, e, também, há grande lacuna nos currículos escolares, principalmente, quando se trata de educar sobre a violência contra as adolescentes e jovens, a lacuna é ainda maior nos currículos profissionais (TAQUETTE, 2007).

Desse modo, a promoção da saúde por meio do ensino é um recurso pelo qual o conhecimento cientificamente produzido e intermediado pelos profissionais de várias áreas, atinge a vida cotidiana das pessoas, possibilita o pensamento crítico, oferece subsídios para a adoção de novos hábitos e condutas de saúde, podendo a educação em saúde ser desenvolvida no ambiente escolar (CASTRO JÚNIOR *et al.*, 2019).

A educação em saúde a partir de ações de extensão se apresentam como potenciais dispositivos de promoção ao empoderamento, cidadania, emancipação e de transformação social na vida, na busca da formação de agentes promotores de mudança (PRATES *et al.*, 2019).

Logo, torna-se oportuno utilizar esse recurso na adolescência, fase de transição gradual entre a infância e o estado adulto, permeada por várias mudanças biológicas, sociais e psicológicas, em que o indivíduo vivencia novos comportamentos e desenvolve suas capacidades, apresentando necessidades de saúde peculiares a essa fase (SANTOS *et al.*, 2014).

Além disso, a adolescência ocorre entre 10 e 19 anos, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), e, caracteriza-se pelo crescimento emocional e intelectual, pela necessidade de integração social, pela busca e desenvolvimento da personalidade, pela definição da identidade sexual e pela descoberta das próprias limitações (WHO, 1986; SOARES *et al.*, 2008; SOUSA *et al.*, 2014).

Dito isso, estima-se que, em 2019 o Brasil apresentou índices alarmantes de violência e assassinatos cometidos contra as mulheres, e, pelo menos, 126 mulheres morreram por motivação de gênero (JUNG; CAMPOS, 2019). Além disso, há um número insipiente de estudos sobre as estratégias para prevenção do problema, sobretudo no contexto escolar, espaço promissor para se realizar o debate sobre as questões de gênero e a construção de relacionamentos saudáveis (CURIA *et al.*, 2020). Desse modo, torna-se relevante realizar ações de promoção da saúde sobre a violência contra a mulher em adolescentes, para se reduzir os índices desse tipo de violência e contribuir para a proteção do direito à vida e a dignidade da mulher.

Em vista disso, as bolsistas e voluntárias do Programa de Extensão do Curso de Segurança do Trabalho do IFPE (Instituto Federal de Pernambuco) *campus* Ipojuca, desenvolveram o Projeto de Extensão intitulado “Ações educativas para prevenção da violência contra a mulher nas escolas municipais de Ipojuca/PE – Projeto Educabella”, que teve o objetivo de realizar educação em saúde com adolescentes do ensino fundamental das escolas municipais de Ipojuca/PE sobre violência contra a mulher, como também, promover a construção de um saber sobre a violência contra a mulher conjuntamente com as adolescentes estudantes das escolas municipais; e produzir multiplicadores para difundir conhecimento sobre violência contra a mulher para a comunidade, pais, irmãos e familiares.

Desse modo, o presente relato de experiência tem o objetivo de descrever as ações de educação em saúde promovidas por discentes do Programa de Extensão do Curso de Segurança do Trabalho do IFPE (Instituto Federal de Pernambuco) com adolescentes do ensino fundamental das escolas municipais de Ipojuca/PE sobre violência contra a mulher.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência embasado na vivência prática ocorrida a partir do Projeto de Extensão intitulado “Ações educativas para prevenção da violência contra a mulher nas escolas municipais de Ipojuca/PE – Projeto Educabella”. O Projeto Educabella ocorreu no período de fevereiro a dezembro de 2019, e, as ações educativas foram realizadas entre maio e novembro do mesmo ano.

A ação de extensão teve como público-alvo estudantes do sexo feminino, do ensino fundamental, entre os sextos e nonos anos das escolas municipais de Ipojuca/PE, foi fundamentada nos princípios da pesquisa-ação e a oficina educativa foi utilizada como

estratégia, visando promover maior envolvimento e participação das educandas na apresentação e discussão do tema.

Vale ressaltar que, a escolha pelo sexo feminino deu-se porque a ação foi baseada no empoderamento feminino para a prevenção da violência contra as mulheres em adolescentes, a partir da pré-adolescência, antes que cheguem à vida adulta, quando muitas ainda não iniciaram a vida sexual, não sendo adequada a abordagem utilizada para o sexo masculino.

Para a execução do projeto junto à escola, houve o contato prévio com a gestora do município, objetivando a apresentação minuciosa do projeto, o delineamento e a organização do cronograma para o início e execução das atividades. Foram dez escolas públicas escolhidas pela gestão municipal por critério de conveniência e de vulnerabilidade.

Como critério de inclusão participaram estudantes do sexo feminino que: cursavam entre os sextos e nonos anos; estavam presentes na data marcada e que quiseram participar da ação. Os critérios de exclusão foram: a não concordância da gestão escolar em autorizar a realização do projeto; alunas menores de 10 anos e maiores de 19 anos; e as que não aceitaram participar.

Antes de iniciar a abordagem, as pesquisadoras explanaram, através de uma conversa inicial, que a ação educativa aconteceria na forma de diálogo, opondo-se ao convencional da sala de aula, buscando maior interação e dinamicidade da prática. Desse modo, este tipo de abordagem proporcionou a participação ativa de todos nas atividades propostas, contribuindo para a construção coletiva do conhecimento.

Dentre os vários assuntos que foram abordados, pode-se citar: o que é violência; formas de violência; consequências da violência para a saúde; a lei Maria da Penha e o ligue 180; e o empoderamento feminino.

O tempo de duração da ação foi dividido, sendo os primeiros 20 minutos destinados à palestra realizada pelas quatro estudantes executoras do projeto. Ocorreu de forma bem dinâmica, como um jogral, havendo alternância entre as falas das discentes a respeito do assunto supracitado, com espaço para perguntas e respostas, permitindo, assim, o esclarecimento das dúvidas das adolescentes e a discussão sobre o tema. Ainda, nesse primeiro momento houve uma breve encenação exemplificando casos de violência e de assédio verbal em locais públicos. Nos 20 minutos seguintes havia a realização da dinâmica, mas esse tempo poderia ser superior, caso necessário. Para a dinâmica, foi

utilizado um questionário com cinco perguntas objetivas sobre o que foi abordado na explanação.

Além disso, na ocasião da aplicação do questionário foi realizada a análise da atividade educativa. Nesse sentido, as adolescentes divididas em grupo tinham tempo livre para responder as questões. E, após esse tempo, os últimos 10 minutos foram destinados ao diálogo com as estudantes sobre os quesitos com respostas erradas, retificando os pontos que não estavam claros, para as educandas não saírem da atividade ainda com dúvidas sobre o assunto. Durante as ações foram entregues cestas com guloseimas para o grupo que respondeu primeiro e corretamente todas as perguntas, como também, brindes como lápis decorados com frases de empoderamento feminino.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todas as escolas foram atendidas, sendo dez escolas alcançadas e 339 adolescentes participantes, dessas, 309 informaram a idade e 30 não responderam. O Quadro 1 apresenta a faixa etária das adolescentes, a localização das escolas conforme os bairros da cidade de Ipojuca e as datas da ação educativa.

Quadro 1. Faixa etária das adolescentes, localização das escolas conforme o bairro e as datas da ação educativa.

Identificação das escolas	Localização	Data	Faixa etária	N <sup>o*</sup>
Pedro Serafim	Ipojuca	27/06/2019	11 a 14	28
			15 a 17	5
Paroquial São Miguel	Ipojuca	25/10/2019	11 a 14	13
			15 a 17	6
Joaquim do Rêgo	Ipojuca	23/05/2019	11 a 14	31
			15 a 17	15
Jarbas Passarinho	Camela	27/08/2019	11 a 14	20
			15 a 17	13
Manoel Nogueira	Camela	05/06/2019	11 a 14	25
			15 a 17	11
Mário Júlio	Nossa Senhora do Ó	03/09/2019	11 a 14	18
			15 a 17	3
Armando Brito	Nossa Senhora do Ó	26/06/2019	11 a 14	29
			15 a 17	2
Padre Pedro	Nossa Senhora do Ó	24/09/2019	11 a 14	32
			15 a 17	1
Manoel Uchôa	Porto de Galinhas	02/07/2019	11 a 14	24
			15 a 17	2
Castelo Branco	Serrambi	18/11/2019	11 a 14	15
			15 a 17	16

Fonte: Elaborado pelos autores. \*Número absoluto de adolescentes que informaram a idade.

Como observa-se no Quadro 1, a maior parte das estudantes, ou seja, 76,05%, se enquadram na faixa etária entre 11 e 14 anos. Vale ressaltar que, as adolescentes mais novas, menores de 15 anos, em geral, devido à menor idade, apresentam pensamento abstrato incipiente, tornando-as mais vulneráveis e expostas a riscos, sem prever as consequências (TEIXEIRA, TAQUETTE, 2010).

Outro ponto a ser discutido, é a localização das escolas, foram escolhidas pela gestão municipal de educação exatamente aquelas em locais mais pobres e com maior vulnerabilidade social. Em consonância, estudo mostra a maior fragilidade das adolescentes mais jovens, ao verificar a associação significativa entre adolescentes com baixa idade no início da atividade sexual e as variáveis: provenientes de famílias pobres, vítimas de abuso físico ou sexual, entre outros (TAQUETTE, VILHENA, PAULA, 2004).

Todavia, é importante frisar que, embora a violência doméstica e familiar seja verificada de forma mais explícita em famílias de baixo nível socioeconômico, é um acontecimento presente em todas as classes sociais (WHO, 2013), não só em contexto de vulnerabilidade social.

Diante desse contexto, a ação educativa sobre a violência contra a mulher abordou, no primeiro momento, o que é a violência contra a mulher e os seus tipos. E, sobre isso, a maioria das participantes relatou conhecer o a violência física e compreender o significado desta.

Vale mencionar que a violência física continua sendo o tipo de agressão mais relatado, totalizando 26.939 registros da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, no primeiro semestre de 2012, contemplando 56,65% das formas de violência de que trata a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2012).

Ainda sobre a violência física, foi explicado que, apesar de ela ser a mais conhecida, pode vir acompanhada por outros tipos de violências. Isto foi enfatizado, pois, há a necessidade de se compreender a mulher para além dos sinais de lesões físicas, para se permitir a identificação das outras marcas geradas pela violência, por exemplo, as psicológicas (GUEDES, FONSECA, EGRY, 2013).

Desse modo, sobre entender a diferenças entre os tipos de violência, observou-se que ainda não estava claro para as adolescentes o significado de violência patrimonial e social, sendo reforçada a explicação acerca delas.



E, durante a exemplificação dos tipos de violência, as adolescentes verbalizaram várias situações iguais ou não às exemplificadas durante a ação, pelas quais elas ou até pessoas próximas já vivenciaram. Um exemplo disso, foram os relatos das adolescentes sobre conhecerem pessoas que sofreram as violências, e que consentiram por não ter opção de se sustentar sem o parceiro.

Além do fato de mulheres não deixarem uma relação violenta por não terem como se sustentarem sozinhas, as expectativas sociais de casamento e constituição da família, também estão relacionadas à permanência dessas pessoas em relacionamento conjugal abusivo (BRANCAGLIONI, FONSECA, 2016).

Ainda, uma das principais causas para as situações de violência conjugal é o ciúme (FONSECA, RIBEIRO, LEAL, 2012). Sobre isso, uma adolescente relatou um caso no qual o celular foi escondido, para a vítima não realizar ligações ou o uso das redes sociais, por causa de ciúme.

Comumente, o comportamento ciumento está associado ao direito de posse que o homem acredita deter sobre a mulher, tratando-a como sua propriedade, fruto da desigualdade existente nas relações entre mulheres e homens, na medida em que a construção social de feminilidades e masculinidades ocorre de forma assimétrica (FONSECA, RIBEIRO, LEAL, 2012).

Ainda, é importante enfatizar que o debate de gênero, intrínseco na ação, ocorreu espontaneamente, e as adolescentes facilmente expuseram as suas ideias sobre o assunto. Nesse sentido, debateu-se sobre a concepção machista de que o sexo feminino é o sexo frágil, e que deve se impor às vontades do sexo oposto (PICCIN *et al.*, 2017).

Outro ponto a ser abordado acerca do machismo, após breve encenação exemplificando casos de violência e de assédio verbal em locais públicos, verificou-se o desconforto que as estudantes sentem ao serem assediadas verbalmente nesses ambientes. Porém, algumas adolescentes, em minoria, verbalizaram aceitar e até gostar desse tipo de atitude. Assim, a partir do debate, pôde-se abordar o assunto empoderamento feminino.

Nessa perspectiva, discorreu-se que o empoderamento proporciona às mulheres a autonomia sobre seus corpos, sua sexualidade e seu direito de ir e vir, como também, que não se pode aceitar qualquer tipo de abuso e impunidade. Dito isso, é importante citar que o acesso e o uso do poder pelas mulheres representam ainda um grande desafio frente às relações patriarcais, mas, que é possível sim, mudar a relação de dominação dos homens sobre as mulheres (CORTEZ, SOUZA, 2008).

Por conseguinte, e finalizando o momento de explanação verbal, foi explicado sobre a importância da Lei Maria da Penha, que é uma lei tão importante para a transformação das relações desiguais de gênero (SANT'ANNA, 2018), e, surpreendentemente a maior parte das adolescentes conhecia a lei e a história da Maria da Penha. Além disso, aproveitou-se para destacar a existência do Ligue 180.

Cabe mencionar que a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 é uma central de atendimento telefônico da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, com o intuito de receber denúncias ou relatos de violência, reclamações sobre os serviços da rede e orientar as mulheres sobre seus direitos, encaminhando-as para os serviços adequados quando necessário (BONETTI, PINHEIRO, FERREIRA, 2008).

Como também, o ligue 180 é um número de utilidade pública, podendo ser acessado gratuitamente de qualquer terminal telefônico (móvel ou fixo, particular ou público) 24 horas por dia, todos os dias, inclusive domingos e feriados. E, apresenta um sistema informatizado, composto por um banco de dados com informações sobre tipos de violência contra as mulheres, que fornece informações para nortear as políticas públicas de combate à violência contra a mulher, e revela a persistência desse sério problema no país (BONETTI, PINHEIRO, FERREIRA, 2008; ALMEIDA, 2011).

Portanto, para prevenção do problema, faz-se necessário a realização de atividades de educação em saúde, e para tanto, deve-se ter o compartilhamento de experiências e sentimentos, o debate de ideias e conceitos, para proporcionar a construção coletiva de novos saberes (GURGEL et al., 2010; SOUSA et al., 2012). E, no referido projeto de extensão, isso aconteceu porque o debate ocorreu a todo momento, estimulado pelas discentes que executaram a ação de forma dinâmica e criativa.

Isso foi possível, porque nos encontros só estiveram presentes adolescentes femininas, possibilitando que elas ficassem mais à vontade para tirar dúvidas, entender melhor as faces da violência, relatar medos e anseios. Assim, foi possível construir uma relação de confiança e empatia com as adolescentes, o que facilitou o desenvolvimento do tema pelas discentes.

Desse modo, acredita-se que a prática educativa possibilitou às discentes pesquisadoras a aproximação com as estudantes de uma instituição pública de ensino em um contexto social de vulnerabilidades, muitas vezes as mesmas pelas quais as executoras

do projeto passam ou já passaram, possibilitando a troca de experiências e o crescimento de todas as envolvidas.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciou-se a partir desse relato de experiência o quanto a escola é importante para a construção da cultura de saúde, sendo um cenário bastante favorável a este exercício, assim como, para fortalecer as capacidades individuais e da comunidade, criar ambientes saudáveis e mulheres empoderadas para combater à violência contra a mulher.

A experiência das discentes do curso de segurança sobre violência contra a mulher na escola, proporcionou o conhecimento de novas metodologias a respeito da educação em saúde, que foram desenvolvidas como prática libertadora, fornecendo abertura de espaço para novas maneiras de pensar e de ser, de forma dinâmica e contextualizada com a realidade encontrada em cada escola visitada, contribuindo para o desenvolvimento científico, teórico e prático das mesmas.

Destaca-se a importância do estudo para as estudantes, uma vez que a partir dele, observou-se o grande interesse das adolescentes pelo assunto, sendo esse um dos objetivos da pesquisa, estimular o debate e o interesse pelo tema, o desenvolvimento de um pensamento crítico e reflexivo, para assim, produzir multiplicadores para difundir conhecimento sobre violência contra a mulher para a comunidade, pais, irmãos e familiares.

Apesar da ação educativa ter sido pontual, foi sugerida a manutenção do projeto para que o conhecimento seja mantido, como também, faz-se necessário a formulação de políticas de educação permanente sobre a violência contra a mulher nas escolas.

Cabe ressaltar também, a importância de estudar e trabalhar com todos os personagens envolvidos no ciclo de violência contra a mulher, considerando a masculinidade hegemônica como determinante para a produção e a reprodução da violência doméstica, sugere-se a produção de estudos voltados para os adolescentes masculinos, com uma ótica diferente da apresentada nesse artigo, para que esse atores fundamentais não reproduzam tal violência.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. M. C. A violência contra as mulheres no Brasil: leis, políticas públicas e estatísticas. *In*: ABREU, Maria Aparecida (Org.) **Redistribuição, Reconhecimento e Representação**: diálogos sobre a igualdade de gênero. IPEA, Brasília, 2011, cap. 2, p. 47-56.
- BRANCAGLIONI, B. de C. A.; FONSECA, R. M. G. S. da. Violência por parceiro íntimo na adolescência: uma análise de gênero e geração. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.l.], v. 69, n. 5, p. 946-955, out. 2016. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672016000500946&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672016000500946&lng=pt&nrm=iso) Acesso em: 17 jul. 2020.
- BONETTI, A.; PINHEIRO, L.; FERREIRA, P. Violência contra as mulheres e Direitos Humanos no Brasil: uma abordagem a partir do Ligue 180. *In*: **Anais do XVI Encontro nacional de estudos Populacionais, ABEP**; Minas Gerais, Brasil, 29 set. 3 de out. 2008.
- BRASIL. Superintendência de Políticas para Mulheres. **Balanco semestral do ligue 180 (janeiro a junho/2012)**. Brasília DF: Presidência da República; Secretaria de Políticas para Mulheres, 2012.
- BRASIL. Decreto nº 6286, de 05 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 dez. 2007.
- BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 ago. 2006.
- CASTRO JÚNIOR, A. R. *et al.* Promovendo Educação em Saúde com adolescentes: estratégia didática e experiência discente. **Saúde em Redes**, Fortaleza, Ceará, v. 2, n. 5, p. 175-184, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18310/2446-48132019v5n2.2278g380>.
- CORTEZ, M. B.; SOUZA, L. Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [s.l.], v. 24, n. 2, p. 171-180, jun. 2008. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722008000200006>.
- CURIA, B. G. *et al.* Produções Científicas Brasileiras em Psicologia sobre Violência contra Mulher por Parceiro Íntimo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 40, e189184, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932020000100103&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932020000100103&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 17 jul. 2020.
- DIAS, M. B. **A Lei Maria da Penha na Justiça**: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais: 2012.

FONSECA, D. H.; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, Horizonte, v. 24, n. 2, p. 307-314, ago. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010271822012000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822012000200008&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 17 jul. 2020.

GOMES, C.M.; HORTA, N.C. Promoção de Saúde do adolescente em âmbito escolar. **Revista de APS**, Juiz de Fora, v. 13, n. 4, p. 486-499, out./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/14606> Acesso em: 6 jun. 2020.

GUEDES, R. N.; FONSECA, R. M.; EGRY, E. Y. Limites e possibilidades avaliativas da Estratégia de Saúde da Família para a violência de gênero. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, [s.l.], v.47, n.2, p.304-11, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v47n2/05.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

GURGEL, M. G. I.; ALVES, M. D. S.; MOURA, E. R. F.; PINHEIRO, P. N. C.; REGO, R. M. V. Desenvolvimento de habilidades: estratégia de promoção da saúde e prevenção da gravidez na adolescência. **Revista Gaúcha de Enfermagem (Online)**, Porto Alegre, v. 31, n. 4, p. 640-646, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-14472010000400005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472010000400005&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 17 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1983-14472010000400005>.

JUNG, V. F.; CAMPOS, C. H. Órfãos do feminicídio: vítimas indiretas da violência contra a mulher. **Revista de Criminologias e Políticas Criminais**, v. 5, n. 1, p. 79-96, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistacpc/article/view/5573/pdf> Acesso em: 16 jul. 2020.

KRUG, E. G.; DAHLBERG, L. L.; MERCY, J. A.; ZWI, A. B.; LOZANO, R. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002. Disponível em: <https://opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf> Acesso em: 10 abr. 2019.

LIMA, L. A. A. et al. Assistência de enfermagem às mulheres vítimas de violência doméstica. **Revista de Enfermagem da UFPI (Online)**, v.6, n.2, p.65-68, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/5783/pdf> Acesso em: 14 de fev. 2020. DOI: <https://doi.org/10.26694/reufpi.v6i2.5783>.

MÜHLEN, B. K.; STREY, M. N. Avanços e retrocessos no combate da violência contra mulheres. **Athenea Digital**, v.13, n.2, p.229-237, 2013. Disponível em: <http://atheneadigital.net/article/viewFile/v13-n2-vonmuhlenstrey/1118-pdf-pt> Acesso em: 2 maio 2020.

PASINATO, W. (Coord.). **Diretrizes Nacionais Feminicídio**: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília: ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para Mulheres e Secretaria Nacional de Segurança Pública, abr. 2016. . Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes\\_femicidio.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf). Acesso em: 30 de abr. 2020.

PICCIN, C. *et al.* Projeto adolescer: promovendo educação em saúde com adolescentes de uma escola municipal. **Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde (Online)**. v. 6, n. 2, p. 161-168, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/enfer/article/view/2022/pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020. DOI: [10.18554/reas.v6i2.2022](https://doi.org/10.18554/reas.v6i2.2022).

PRATES, E. J. S. *et al.* Oficinas educativas junto a adolescentes em situação de vulnerabilidade social: promoção da saúde, cidadania e empoderamento. **Expressa Extensão**. v. 24, n. 3, p. 80, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/14984> Acesso em: 10 maio 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.15210/ee.v124i3.14984>

SANT'ANNA, T. F. O empoderamento das mulheres e a lei maria da penha como tecnologia de gênero: possibilidades com os estudos feministas e de gênero para o serviço social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 35, jan./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2018v18n35p305-320>.

SANTOS, S. J. *et al.* Educação em saúde na adolescência: contribuições da estratégia saúde da família. **Revista da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras**. v. 14, n. 1, p. 20-26, jul. 2014. Disponível em: [https://sobep.org.br/revista/images/stories/pdf-revista/vol14-n1/v14\\_n1\\_artigo\\_pesquisa\\_3.pdf](https://sobep.org.br/revista/images/stories/pdf-revista/vol14-n1/v14_n1_artigo_pesquisa_3.pdf). Acesso em: 17 jul. 2020.

SILVA, M. I.; PELAZZA, B. B.; SOUZA, J. H. Educação e saúde: relato de experiências de ações educativas para saúde em comunidades socialmente vulneráveis. **Diversa Prática**, v. 3, n. 1, 2016. DOI: <https://doi.org/10.14393/DP-v3n1-2016-49615>.

SOARES, S. M.; AMARAL, M. A.; SILVA, L. B.; SILVA, A. B. Workshops on sexuality in adolescence: revealing voices, unveiling views student's of the medium teaching glances. **Escola Anna Nery (online)**. v. 12, n. 3, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S141481452008000300014>.

SOUSA, Z. A. A.; SILVA, J. G.; FERREIRA, M. A. Knowledge and practices of teenagers about health: implications for the lifestyle and self care. **Escola Anna Nery**. v.18, n.3, jul./set. 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/ean/v18n3/en\\_1414-8145-ean-18-03-0400.pdf](https://www.scielo.br/pdf/ean/v18n3/en_1414-8145-ean-18-03-0400.pdf) Acesso em: 17 jul. 2020.

SOUSA, E. F. R.; COSTA, E. A. O.; SILVEIRA, M. A.; WERNET, M.; CAGNIN, E. R. G.; DUPAS, G. O trabalho com educadores como estratégia de cuidado à saúde da criança. **Revista da Sociedade Brasileira dos Enfermeiros Pediatras**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 49-53, jul. 2012. Disponível em: [https://sobep.org.br/revista/images/stories/pdf-revista/vol12-n1/v.12\\_n.1-art5.relato-o-trabalho-com-educadores-como-estrategia.pdf](https://sobep.org.br/revista/images/stories/pdf-revista/vol12-n1/v.12_n.1-art5.relato-o-trabalho-com-educadores-como-estrategia.pdf) Acesso em: 17 jul. 2020.

TAQUETTE, S. R.; VILHENA, M. M.; PAULA, M. C. Doenças sexualmente transmissíveis na adolescência: estudo de fatores de risco. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (online)**, v. 37, n. 3, p. 210-214, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S003786822004000300003>.

TAQUETTE, S. R. (Org.) **Mulher Adolescente/Jovem em Situação de Violência**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007, p.11. Disponível em: [http://bvssp.icict.fiocruz.br/pdf/mul\\_jovens.pdf](http://bvssp.icict.fiocruz.br/pdf/mul_jovens.pdf) Acesso em: 17 jul. 2020.

TEIXEIRA, S. A. M.; TAQUETTE, S. R. Violência e atividade sexual desprotegida em adolescentes menores de 15 anos. **Revista da Associação Médica Brasileira (online)**. v. 56, n. 4, p. 440-446, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-42302010000400017>.

TELES, M. A. A. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense; 2006.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil**. 1ª ed. Brasília - DF, p.79, 2015. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf) Acesso em: 17 jul. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). World Health Organization. **Responding to intimate partner violence and sexual violence against women: WHO clinical and policy guidelines**. Geneva: World Health Organization, 2013. Disponível em: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/85240/9789241548595\\_eng.pdf](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/85240/9789241548595_eng.pdf) Acesso em: 17 jul. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Young People's Health: a Challenge for Society**. Report of a WHO Study Group on Young People and Health for All. Geneva: WHO, 1986. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/41720> Acesso em: 10 jun. 2020.

Recebido em: 25/03/2020 Aceito em: 20/07/2020

